Avisos (1)	Impugnações (0)	Esclarecimentos (1)
14/08/2024 18:20		<p>Empresa interessada em participar da licitação encaminhou os seguintes pedidos de esclarecimento:</p> <p>“1 - Os funcionários poderão usufruir do horário para refeição deixando o posto descoberto, ou, deverá ser pago a indenização intrajornada e cobrir o posto?</p> <p>2 - O item 8.4.2. diz que "A CONTRATADA deverá verificar e observar a respectiva Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, consoante a proposta apresentada no certame." No entanto, como é sabido que há entendimento pelo TCU que a Administração não pode obrigar o uso da mesma CCT que foi usada para balizamento dos serviços mas se seja cumprida integralmente a CCT da atividade preponderante da licitante. Sendo assim, questiono: a) poderá a licitante usar CCT diversa da utilizada da usada pela Administração?</p> <p>3- Nos termos da Convenção Coletiva de Trabalho, poderá ser proporcionalizado o salário?</p> <p>4 - O item 8.4.2. dia que "A CONTRATADA deverá verificar e observar a respectiva Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, consoante a proposta apresentada no certame." . Considerando os prazos para contratação (divulgação da vaga, entrevistas, recolhimento de documentos, exames médicos, e-social..) entendemos que o prazo de 5 dias não seja razoável para cumprir todos os prazos. Portanto, pedimos que este prazo seja de no mínimo 15 dias.</p> <p>5- Deverá ser fornecido algum benefício diverso da CCT usada como por exemplo, plano de saúde, odonto, cesta ... ?</p> <p>6 -Qual é o atual prestador ?”</p> <p>“1. Ele fará horário de almoço antes do início do atendimento ao público, ou seja, antes do meio dia., ou seja, não haverá intrajornada.</p> <p>2. O item 8.4.2 faz referência à empresa já CONTRATADA, não ao licitante e dispõe que a empresa que vencer o certame deverá verificar e observar a CCT em vigor, conforme a proposta apresentada no certame.</p> <p>A Administração Pública indica no edital a CCT que foi utilizada como parâmetro para a estimativa de preços, mas não obriga nenhum licitante a usá-la.</p> <p>Conforme recente decisão do Tribunal de Contas da União, Acórdão n. 1207/2024, foi estabelecido novos critérios de aceitabilidade da proposta, com o objetivo de mitigar os riscos advindos da presente contratação, bem como a precarização da mão de obra e a quebra da isonomia na contratação, em face de vantagem auferida pela empresa cuja proposta estiver baseada em instrumento de trabalho desfavorável ao trabalhador. Nesse sentido, todos os licitantes, conforme exigência do subitem 5.21.4 do edital, deverão encaminhar os seguintes documentos:</p> <p>a. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta; b. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.</p> <p>Solicito que verifique as demais disposições à respeito deste subitem nos seus respectivos parágrafos.</p> <p>3. O salário deverá ser pago proporcionalmente à jornada de trabalho instituída no instrumento convocatório.</p> <p>“4. Previsão para descumprimento do prazo de 5 dias, veja subitem 5.1.2. Na impossibilidade de entrega de objeto ou de serviço no prazo avençado, caberá à empresa, antes do seu término, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato. 5.1.2.1. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.”, Conforme informado pelo setor requisitante.</p> <p>5. Conforme a Lei 14.133/2021, art. 135, §1º. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.</p> <p>“6. PREMIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA”</p>